

Reunião de Câmara de 24 de julho de 2013

Deliberações da Reunião de Câmara de 24 de julho

Recursos Humanos

. Aprovada a celebração de contratos de prestação de serviço, em regime de avença, com técnicos de natação para a próxima época desportiva da Piscina Municipal, em Alhos Vedros.

Atividades Económicas

. Aprovada a desistência de ocupação da via pública com quiosque, na Rua Augusto Gil, na Baxa da Banheira.

Moção

. Aprovada Moção Pelos Direitos dos Trabalhadores da Administração Pública/Local.

Moção

Pelos direitos dos trabalhadores da Administração Pública/Local

Apesar do que o Governo incessantemente tenta transmitir, não são os trabalhadores, no geral, e os da Administração Pública e Local, em particular, os responsáveis pela profunda crise que o País atravessa. É sim resultado de políticas erradas e da má gestão dos sucessivos Governos. E mais um erro grave, mais uma injustiça, está prestes a ser imposta aos trabalhadores da Administração Pública e Administração Local, com um pacote de medidas que reduz e elimina os direitos laborais e sociais, conquistados ao longo de décadas pela luta dos trabalhadores, e, mais grave, encapota despedimentos em massa na Administração Pública.

O aumento do horário de trabalho diário para 8 horas e 40 semanais no mínimo e a diminuição de três dias de férias e da respetiva majoração em função da idade, ao que se soma a eliminação de quatro dias de feriados, são algumas das medidas que constam neste pacote do Governo que promove, ainda mais, o empobrecimento dos trabalhadores e hipoteca o seu futuro. A estas medidas, juntam-se as já consumadas perdas salariais causadas pelo congelamento dos salários e das progressões e ainda os cortes remuneratórios aplicados nos últimos anos.

Só o Governo não reconhece os estudos, desenvolvidos nos últimos 20 anos, que apontam para o fato de que à medida que aumenta o número de horas trabalhadas durante o dia, a produtividade vai gradualmente diminuindo. O excesso de horas diárias de trabalho tem efeitos negativos sobre os trabalhadores e as organizações, baixando os níveis de segurança e o desempenho profissional, prejudicando a saúde e a sua qualidade de vida.

“Reestruturação da Administração Pública”, assim lhe chama a atual maioria que nos governa. De reestruturação não tem nada; apenas cortes e ataques aos trabalhadores e, por isso, a Câmara Municipal da Moita, reunida no dia 24 de julho, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, rejeita os diplomas que o Governo se prepara para apresentar na Assembleia da República porque colocam em causa a Democracia e as conquistas democráticas consagradas na Constituição de Abril e não salvaguardam os direitos dos trabalhadores e das populações.

Voto

de

Pesar

. Aprovado um voto de pesar pelo falecimento do trabalhador da Câmara Municipal, José Júlio Viegas Calisto.